

“NA ARENA DOS GLADIADORES
PERIÓDICOQUEIROS”: O PADRE CARAPUCEIRO E A
DISCUSSÃO POLÍTICA EM PERNAMBUCO (1831-1833)

*“In the arena of periodicals writers gladiators”: the
Capmaker Priest and the political argumentation in
Pernambuco (1831-1833)*

Ariel Feldman*

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar os escritos de Miguel do Sacramento Lopes Gama nos dois primeiros anos de publicação do periódico *O Carapuceiro*, ou seja, 1832 e 1833, inserindo tal jornal no âmbito da discussão política que se acirrou em Pernambuco, após a abdicação do Imperador, em 7 de abril de 1831. Pretendemos aqui analisar as formulações políticas desse jornal, sugerindo que a ênfase em constituir “um periódico sempre moral” foi essencial para que Lopes Gama, bem como para que suas proposições, se afirmassem no cenário político provincial.

Palavras-chave: *O Carapuceiro*; política e Período Regencial.

ABSTRACT

The objective of the present work is analyses the writing of Miguel do Sacramento Lopes Gama in the two first publication years of the newspaper *O Carapuceiro*, between 1832 and 1833, inserting that periodical in the political discussion that was occurring in Pernambuco after the Emperor renunciation at april, 7th, 1831. We want to analyze the political formulations of these newspaper, and propose that the emphasis in constitute “um periódico sempre moral” (an always moral paper) was essential for the affirmation of Lopes Gama, and his ideas, in the political scene of Pernambuco province.

Key-words: *O Carapuceiro*; politic and Regency Period.

* Mestre em História pela UFPR.

A proposta desse artigo é demonstrar como o periódico *O Carapuiceiro*, publicado em Pernambuco entre 1832 e 1842, teve como um dos eixos centrais veicular propostas políticas para a nação. Questionaremos a idéia que o autor Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama ressaltou e colocou como objetivo central de seus escritos, de que seu jornal seria "só per *accidens* político", e averiguaremos em que medida o viés de crítica de vícios e costumes esteve subordinado à dimensão política. Analisaremos, por fim, em que medida a insistência de Lopes Gama em caracterizar *O Carapuiceiro* como "periódico sempre moral" se constituiu em uma estratégia discursiva para ganhar espaço e notoriedade dentro da discussão política que se acirrou no Brasil, e mais especificamente em Pernambuco, após a abdicação de D. Pedro I ocorrida em 7 de abril de 1831¹.

Em 7 de abril de 1832, exatamente um ano após a abdicação, inicia-se em Pernambuco a publicação de *O Carapuiceiro*, redigido integralmente por Lopes Gama. O subtítulo do periódico sugere imparcialidade: "Periódico sempre moral e só per *accidens* político". O cabeçalho do jornal ainda é composto pela seguinte citação: "Guardarei nesta folha as regras boas/ Que é dos vícios falar, não das pessoas (Marcial. Liv. 10, Epist. 33)". O autor procurava demonstrar, dessa maneira, que não pretendia personalizar suas críticas. No primeiro número são descritas as supostas motivações que levaram o então frei beneditino a iniciar tal publicação: "Escrevo pois este periódico contra os vícios, 1º Por que estes muito prejudicam a sociedade, e eu quisera ver muito feliz a minha Pátria; 2º [...] assentou-se me no ânimo adquirir alguns vinténs [...]"². É necessário ressaltar que quando Lopes

1 Sobre a vida de Lopes Gama: COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981; DELGADO, Luiz. *Lopes Gama: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958; MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Carapuiceiro: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia das Letras, 1996; MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco*. Economia e sociedade no 2.º Reinado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996; QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político*. Recife: Imprensa Universitária, 1958; VEIGA, Gláucio. *História das idéias da Faculdade de Direito do Recife*. v. II. Recife: Editora Universitária, 1981.

2 *O Carapuiceiro*, n. 1 (7 abr. 1832). Foi publicada uma versão fac-similar, a qual está sendo utilizada para a presente pesquisa, organizada por Leonardo Dantas Silva, em três volumes, contendo todos os exemplares de *O Carapuiceiro* de 1832 a 1842. GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuiceiro*. Edição fac-similar da coleção do jornal (1832-1842). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. Algumas colunas de *O Carapuiceiro* publicadas como suplemento no *Diário de Pernambuco* (1840-1844) estão em MELLO, José Antonio Gonsalves de. Op. cit., p. 301-397.

Gama diz *pátria*, ele está se referindo ao Brasil. Segundo Márcia Berbel, tal terminologia teria outro significado à época das cortes constituintes de Lisboa (1821-22). *Pátria*, para os deputados brasileiros (baianos e paulistas) presentes nas cortes, seria seu lugar de origem. Este não seria o Brasil, e sim a comunidade que os elegeram – a Província. A *nação* da qual estes deputados se sentiam parte seria a portuguesa. O Brasil, à época da independência, estaria enquadrado apenas no conceito de *país*. Assim, segundo o discurso desses deputados brasileiros, São Paulo e Bahia seriam suas *pátrias*. O Brasil seu *país*. Portugal sua *nação*. No entanto, há uma virada na utilização desses conceitos em meados da década de 1830, pelo menos quando se analisa o discurso de Lopes Gama em *O Carapuço*. Ao analisar os escritos de tal jornal percebe-se que *Pátria*, *Nação* e *País* têm a mesma conotação, ou seja, as três expressões representam o Brasil. Fazemos, então, uma primeira observação importante: *O Carapuço* é um projeto para a nação. Um projeto que, no entanto, pretendia-se diferenciar dos demais até então veiculados em outros periódicos³.

“Meu campo neutro será a moral”, diz Lopes Gama, “[...] façam de conta, que assim como há loja de chapéus, o meu periódico é fábrica de carapuças. As cabeças que se assentarem bem, fiquem-se com elas, se quiserem [...]”⁴. Dessa maneira, o autor procura diferenciar seu jornal dos demais, que até então apenas versavam sobre questões políticas, e se propõe a criticar os costumes e vícios que considerava nocivos para sua Pátria.

Enquanto os outros periódicos de alto coturno todos se empregam na política, uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas; entre dando alvitres, ora acertados, ora equivocados com o pequeno defeito de serem impraticáveis [...] eu, que sou um piegas no círculo dos gladiadores peridioqueiros, não me meterei nesses debuxos, nem é minha intenção pôr-me a esarpelas e tracamundas com meu próximo, uns porque os respeito por bons, outros porque os temo por ferrabrazes⁵.

3 BERBEL, Márcia R. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999, p. 193; FELDMAN, Ariel. O olhar de um pernambucano sobre a nação: as elites locais e a formação do Estado-nação (1817-1842). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 17. *Anais...* São Paulo. Campinas, 2004.

4 *O Carapuço*, n. 1 (7 abr. 1832).

5 Id.

A historiografia que recentemente se debruçou sobre essa fonte muitas vezes concedeu ênfase àquilo que havia de diferenciador entre *O Carapuceiro* e os outros periódicos do período, ou seja, o fato de que o mesmo não tinha como eixo condutor empreender discussões políticas. Evaldo Cabral de Mello organizou uma coletânea na qual selecionou apenas “artigos de feitio costumbrista”, e na introdução à mesma afirmou que “na história do jornalismo brasileiro da primeira metade do século XIX, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama ocupou um lugar à parte”. Continuando sua análise, traça um panorama do posicionamento político de Lopes Gama ao longo de sua vida, desde sua aparição na vida pública da província, quando foi nomeado lente de retórica do Seminário de Olinda por Luís do Rego Barreto, no contexto da devassa da insurreição de 1817, até sua morte em 1852. Em uma análise bastante consistente e lúcida, Mello explica que “a posição assumida por Lopes Gama na sua crítica social acompanhou de perto sua posição política”. Concordamos com esta proposição, mas procuraremos aqui priorizar não o viés costumbrista de *O Carapuceiro* como fez Mello, que buscou explicar o tom moderado da crítica moral empreendida por Lopes Gama através de seu posicionamento político. O enfoque aqui sugerido é outro: observar quais são as formulações políticas existentes em *O Carapuceiro* nos seus dois primeiros anos de publicação e atentar para um possível uso político exercido pelas proposições “morais” de Lopes Gama⁶.

Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, por sua vez, tenta demonstrar que *O Carapuceiro* empreendeu uma “tradução cultural” do jornalismo de crítica de costumes de um jornal inglês do século anterior, constatando que Lopes Gama transcreveu, em muitos artigos, principalmente naqueles que tratam sobre as mulheres, longos trechos do periódico *The Spectator* (1711-1714). Trata-se de uma análise bastante pertinente acerca de práticas culturais, e de como um modelo de representação do gênero feminino veiculado na Inglaterra no início do século XVIII poderia ser traduzido para a realidade brasileira do Período Regencial. Pallares-Burke, no entanto, apesar de esboçar rapidamente as proposições políticas assumidas por Lopes Gama em *O Carapuceiro*, não confere a devida importância a esse que é um dos aspec-

6 MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit.

tos essenciais para uma melhor compreensão dessa fonte. É perfeitamente compreensível tal lacuna, pois a proposta da autora é a análise das práticas de “tradução cultural”. Pretendemos aqui, contudo, preencher tal vazio e destacar a inserção desse veículo impresso dentro dos espaços públicos de discussão política⁷.

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, da mesma maneira, confere proeminência à suposta missão do autor em distribuir “carapuças de todos os tamanhos e para toda a casta de cabeças”, e chega a afirmar que a “postura de Lopes Gama não é comum ao pensamento de época”. Ao longo desse artigo será questionada se a postura de Lopes Gama foi realmente tão discrepante do pensamento da época⁸.

Fato notório é que *O Carapuceiro* oferece vários indícios de que foi um sucesso de público no período regencial (1831-1840). João Paulo Garrido Pimenta reconhece que é quase impossível precisar estatisticamente a circulação de periódicos na primeira metade do século XIX. No entanto, pensa alguns critérios básicos que podem ajudar a revelar a importância, ou não, de um jornal para uma determinada sociedade: 1) duração de sua publicação; 2) referências recíprocas entre periódicos; 3) publicação de anúncios; e 4) a participação de leitores por meio de comunicados. Considerando, de maneira crítica, esses quatros elementos traçados por Pimenta, *O Carapuceiro* preenche praticamente todos os requisitos para ser considerado um jornal de repercussão⁹.

Nos primórdios da imprensa brasileira, grande parte das gazetas tinha curta duração, com apenas alguns números publicados. Mas *O Carapuceiro*, ao lado do *Diário de Pernambuco*, foi, nesta província, o único periódico que atravessou todo o Período Regencial, sendo publicado, com algumas interrupções, de 1832 a 1842, sendo que continuou a ser

7 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996. Sobre o conceito de “espaço público”. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

8 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Uma fábrica de carapuças. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 170, ano XXX, p. 209-214, jul./set. 1998.

9 PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002, p. 69-70.

impresso, como suplemento, nas folhas do próprio *Diário de Pernambuco* nos anos de 1843 e 1844. Tendo em mente que os próprios leitores, através da compra de exemplares ou das subscrições, sustentavam o periódico, o público foi, durante esses anos, pelo menos suficiente para a manutenção do jornal¹⁰.

Referências recíprocas entre periódicos também vão ser comuns, e não apenas no âmbito provincial, mas também rompendo barreiras políticas e atingindo a corte fluminense. Segundo Pallares-Burke, os artigos de “*O Carapuceiro* foram reproduzidos nos periódicos *Jornal do Commercio* (Rio, 1833); *Gamenha* (Recife, 1833); *O Novo Carioca* (Rio, 1834); *O Sete de Abril* (Rio, 1836); *O Despertador* (Rio, 1840); *A Carranca* (Recife, 1835); *Sentinella da Monarquia* (Rio, 1845); *Marmota Fluminense* (Rio, 1852)”. Após iniciar a publicação de tal jornal, Lopes Gama passaria a ser chamado de Padre Carapuceiro, comprovando, assim, a repercussão de seu jornal, que lhe renderia até um apelido, não apenas para o restante de sua vida, mas também para a posteridade. Existe hoje, no Recife, bairro de Boa Viagem, uma via pública denominada “Rua Padre Carapuceiro”¹¹.

O Carapuceiro nunca publicou anunciantes em suas páginas. No entanto, outro fator que pode demonstrar intensa circulação de tal jornal são anúncios publicados sobre ele no *Diário de Pernambuco*. Um anúncio de 19 de abril de 1938 indicava, por exemplo, que na loja de livros de Praça da Independência havia à venda uma coleção das edições do *Carapuceiro* de 1837 e 1838¹².

A publicação de cartas de leitores não vai ser prática comum desse controverso jornal, pois ao longo de toda sua história apenas foram publicadas oito cartas, sendo que Pallares-Burke constatou que uma delas era uma cópia de uma correspondência publicada, um século antes, no jornal inglês *The Spectator*. Outro fator que, no entanto, indica o grande alcance que o Padre Mestre obteve com seus escritos foi a publicação de *O*

10 Sobre a história da imprensa brasileira do século XIX ver MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: D&PA, 2003; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

11 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op. cit., p. 134.

12 Cf. MELLO, José Antonio Gonsalves de. Op. cit., p. 308.

Carapuço na Corte, que era feita, como suplemento, no periódico carioca *O Despertador*. Isso ocorreu quando Lopes Gama assumiu a suplência de deputado à Assembléia Geral Legislativa em 1840, em substituição a Sebastião do Rego Barros. Quando chegou ao Rio de Janeiro *O Jornal do Comércio* noticiou: “ninguém há que não tenha lido os escritos deste insigne brasileiro... ninguém que não dê ao ilustre escritor um dos mais subidos lugares entre os literatos que têm honrado a nossa Pátria”. Já o jornal *O Despertador* chama-o de “o *La Bruyère* do Brasil”¹³.

Por fim, basta observar a média de números que os periódicos pernambucanos publicados entre 1820 e 1842 alcançaram ao chegarem ao término de suas publicações para perceber o sucesso de *O Carapuço*. Sem contabilizar as publicações diárias que se sucederam em Pernambuco nesse período, temos que os periódicos duraram em média cerca de 31 números. Contabilizando as publicações diárias, essa média sobe bastante: 97 números. O número de exemplares que *O Carapuço* publicou é muito superior a essas duas médias: 427. O tempo de duração do referido jornal, desde a publicação do primeiro número até a do último, também foi muito superior aos outros: durou mais de 10 anos, enquanto os outros periódicos (incluindo as publicações diárias), duraram em média pouco menos de um ano¹⁴.

Pode-se assim constatar sem receio: *O Carapuço* foi um jornal de intensa circulação no período regencial. Um dos motivos para tanto pode ter sido a linguagem jocosa e sua pretendida temática diferenciada. O próprio autor tinha em mente que o público apreciava o bom humor de seus escritos. “*Ridendo castigat mores*”¹⁵ é o que quer o povo, e que remédio há

13 Lopes Gama também era chamado de Padre Mestre por ser professor e ter atuado em diversas instituições educacionais. Foi ele visitador das aulas primárias e secundárias do Recife; diretor, por mais de uma vez, do Liceu Provincial, depois transformado em Ginásio Pernambucano; a mesma coisa tendo acontecido em relação ao curso jurídico de Olinda; diretor do Colégio dos Órfãos; e diretor geral dos Estudos, uma espécie de Secretário da Educação ou de diretor técnico da Educação da época. Além de professor do Seminário, do Liceu e do Colégio das Artes. Informações extraídas de QUINTAS, A. Op. cit., p. 75 e MELLO, José Antonio Gonsalves de. Op. cit., p. 304 e p. 308.

14 Essas médias foram calculadas tendo como base as informações contidas em NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco*. v. IV. Recife: UFPE, 1969 e CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908. Em relação ao *Diário de Pernambuco*, que existiu desde 1825 até os dias de hoje, consideramos apenas o período entre 1825 e 1842.

15 “Com riso corrigem-se os costumes”.

senão ir com ele?"¹⁶. Dessa maneira, Lopes Gama angariou para si um público cativo.

Mas será que, num período no qual a imprensa era sobretudo um espaço de discussão política, poderia existir um jornal que não adentrasse no acirrado debate que se procedeu após a abdicação do Imperador? Será que, em uma época que excluía a possibilidade de êxito para periódicos especializados, sendo que apenas se afirmaram periódicos políticos, no sentido mais estrito, poderia ser bem sucedido um periódico "só *per accidens* político"? Será que, em uma conjuntura na qual poucas revistas que tinham como eixo assuntos econômicos, científicos ou culturais obtiveram sucesso, sendo que pasquins de tamanho reduzido e de duração efêmera surgiram em números jamais presenciados, e quase sempre promovendo intrigas políticas e dotados de uma linguagem extremamente violenta, poderia haver um periódico que apenas tratasse sobre costumes?¹⁷. Será que poderia um veículo impresso se diferenciar completamente e não dialogar com os demais periódicos que apenas versavam sobre questões políticas? Esses são alguns questionamentos que irão nortear a reflexão aqui proposta. Analisamos 60 artigos de *O Carapuceiro*, dos anos de 1832 e 1833, com o intuito específico de analisar as proposições políticas do mesmo.

O que fazer com a revolução?

O período das regências, que se iniciou após a abdicação do Imperador D. Pedro I (7 de abril de 1831), foi marcado por uma euforia revolucionária, tanto no Rio de Janeiro como em outras províncias. O termo "revolução", no entanto, pode ter vários significados. Não cabe aqui empreender uma discussão que seja capaz de encerrar a complexa polissemia desse termo. No entanto, não se pode deixar de considerar o quanto essa palavra esteve presente no vocabulário político da época, e é mister refletir acerca de algumas conotações atribuídas a essa expressão. O que fazer com a revo-

16 *O Carapuceiro*, n. 73 (23/12/1837).

17 SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 139-141.

lução? – este era o questionamento que estava na mente dos contemporâneos da abdicação. Segundo Marco Morel, coexistiam, grosso modo, três tendências políticas, cada qual respondendo à sua maneira essa pergunta¹⁸.

O que fazer com a revolução? Havia basicamente três respostas: negar (os absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo). Impossível era ignorá-la. Estavam em jogo o rumo da sociedade e suas transformações¹⁹.

Podemos traçar um paralelo entre essas tendências políticas presentes no Rio de Janeiro, ou seja, moderados (vertente conservadora do liberalismo), exaltados (vertente revolucionária do liberalismo) e restauradores (absolutistas ou ultramonarquistas), com as associações atuantes em Pernambuco. A linha de pensamento moderada era representada em Pernambuco pela *Sociedade Patriótica Harmonizadora*. A Associação, fundada logo após o 7 de abril, norteava-se por uma política de conciliação. Composta de altos funcionários públicos, proprietários rurais e ricos comerciantes, seus membros procuravam manter a ordem. Segundo um dos fundadores da *Patriótica Harmonizadora*, Antonio Joaquim de Melo, os objetivos de tal organização eram: apaziguar os ânimos, sustar a demissão em massa de autoridades, amparar os órfãos deixados pelas vítimas das revoluções anteriores e defender a Constituição, opondo-se, dentro dos meios legais, à restauração²⁰.

Já os Restauradores formavam, nos primeiros anos da década de 1830, a sociedade *Columnas do Trono e do Altar*. “Numa província que passara por duas rebeliões contra o centralismo do Rio de Janeiro em tão pouco tempo”, – diz Marcus J. M. de Carvalho – “a defesa do *status quo*

18 Sobre a abdicação de D. Pedro I e utilização do vocábulo “revolução” para caracterizar esse acontecimento, ver WERNET, Augustin. *O Período Regencial*. São Paulo: Global, 1982, p. 21-24; MOREL, Marco. *O período das Regências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 20-31; CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 13-15.

19 MOREL, Marco. *O período das...* Op. cit., p. 21.

20 Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Editora Conquista, s.d., p. 24.

também terminou por assumir conotação radical e organizada”²¹. Carvalho está se referindo a esta sociedade secreta absolutista que tinha como uma de suas finalidades fazer o Imperador governar sem “o trambolho”, ou seja, sem a constituição. Autores divergem no que diz respeito à data de fundação desse grupo absolutista. No entanto, é consenso que por volta de 1828 os *columns*, como eram chamados os membros dessa sociedade, já gozavam de grande influência em Pernambuco. Dois jornais foram os principais difusores do ideário absolutista: *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro*, ambos dirigidos por padres. Após a abdicação, os *columns* transformaram-se em restauradores²².

Por fim, havia a *Sociedade Federal*, fundada em outubro de 1832 e que pleiteava por uma reforma descentralizadora. Seus membros ambicionavam uma maior autonomia administrativa, jurídica e tributária para as províncias. Eram reivindicações que não tiveram grande espaço na pauta dos assuntos políticos desde o insucesso da Confederação do Equador, em 1824. Esses clamores, que ainda ressoavam na Província em 1829, com a também mal sucedida República dos Afogados, puderam voltar ao cenário político. Apesar de acusada de ilegal e anárquica, a Sociedade Federal se instituiu e adentrou no período das regências com representatividade, sendo que o próprio Lopes Gama colaborou com essa associação, redigindo alguns números do periódico *O Federalista*. Exatamente pela presença de Lopes Gama nos quadros dessa sociedade, acreditamos ser temerário classificá-la como um órgão que representasse a vertente revolucionária do liberalismo. Não se pode, como veremos mais adiante, caracterizar o Padre Carapeceiro como um exaltado²³.

Essas associações se constituíam, segundo Morel, “em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da

21 CARVALHO, Marcus J. M. *A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador*. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., Anais... Florianópolis, 1999, p. 486.

22 Divergências acerca da fundação da Coluna em ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971, p. 46.

23 Sobre reformas de caráter federativo durante as regências ver DOLHNIKOF, Miriam. As elites regionais e a construção do Estado. In: JANCOSO, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003. Sobre a República dos Afogados ver CARVALHO, Marcus J. M. Op. cit.

imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas e culturais etc.) entre seus participantes”²⁴. Mesmo tendo em mente que essas três facções políticas se interpenetravam, diluíam-se e se confundiam no meio do complexo tecido social, é de suma importância observar os agrupamentos políticos que se institucionalizaram após a abdicação. Tais associações foram extremamente representativas. Elas apontaram, cada qual a sua maneira, um rumo distinto para a nação. Cada um desses agrupamentos tinha uma concepção distinta de revolução. Tendo em vista a concretude dos movimentos que se processaram em Pernambuco após a abdicação, podemos relacionar a concepção de revolução que cada uma das associações políticas construiu com as três respostas acima citadas por Morel para o tão instigante questionamento: o que fazer com a revolução? Os *columnas* almejavam a contra-revolução, ou seja, negavam-na através de levantes de discurso restaurador, como foi o caso da Abrilada, motim que se processou no Recife em abril de 1832 e que, depois de debelado, se espalhou pelo interior da província dando origem à Guerra dos Cabanos, combate de guerrilha que durou até 1835. Os mais exaltados queriam continuá-la, como ficou claro nas reivindicações que fizeram durante a Novembrada, rebelião ocorrida em novembro de 1831, na qual os amotinados exigiam a exoneração de todos os portugueses que ocupavam altos cargos governativos. Já os moderados, como podemos perceber ao analisar os objetivos traçados pela *Patriótica Harmonizadora*, pretendiam concluí-la. E o Padre Carapuceiro? Qual era a concepção de revolução que construiu em seu periódico?

“A revolução moral” e os ecos da década de 1820 no debate político

O Carapuceiro defendia que o momento pós-abdicação era de se instituir a Federação, pois Pernambuco não poderia mais seguir acatando as

24 MOREL, Marco. *O período das...* Op. cit., p. 32-33.

ordens dos “mandões da Corte”²⁵. Mas, ao mesmo tempo, voltava-se contra qualquer agitação política e zombava da possibilidade de levantes armados ou qualquer tipo de republicanismo, dizendo que “o brasileiro está tão apto para a república como o muçulmano para a jurisdição do Papa”. Essa postura de desqualificar possibilidades revolucionárias muito se deve ao fato de que, na década de 1820, Lopes Gama esteve vinculado a grupos que participaram da repressão à Confederação do Equador. A Revolução Pernambucana (1817), os conflitos que se processaram em Pernambuco durante as Cortes Constituintes de Lisboa (1820-22), a Independência (1822-23) e a Confederação do Equador (1824) ainda repercutiam na década de 1830. A família dos Gama, notadamente, foi adepta da causa “centralista” e aderiu ao Imperador na Província. Na deposição da junta de Gervásio Pires, logo após a Independência, a família materna do Padre Carapuceiro teve papel preponderante na articulação de mensagens que José Bonifácio enviava da Corte em direção a Pernambuco. No contexto pós-1824, Lopes Gama escreveu o *Conciliador Nacional*, periódico que, segundo Alfredo de Carvalho, atacou incisivamente os intuítos dos revolucionários liderados por Manuel Carvalho Paes de Andrade²⁶. Essa vinculação familiar é altamente pertinente para compreender a idéia de “Revolução Moral” concebida em *O Carapuceiro*, no início das regências:

Desengane-se finalmente o Governo, que maioria do Brasil tem sentimentos Republicanos; que a República há de aparecer, não já; porque nos não convém; porque não temos todos os requisitos para ela; mas é mister predispô-la; fazer a revolução, não física, mas moral, a fim de que, quando for convinável, estabeleça-se quase por si mesma e entremos na grande Família Americana. Já nos conveio a monarquia, hoje convém-nos a monarquia sim, mas constitucional, representativa e federal. Para o diante, em seu tempo adequado, só nos convirá a república, que é a natural tendência da América²⁷.

25 *O Carapuceiro*, n. 33 (6 jan. 1833).

26 CARVALHO, Alfredo de. Op. cit., p. 66-67; DELGADO, Luiz. Op. cit., p. 6.

27 *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

Mesmo defendendo o sistema federativo em 1832, vai continuar sustentando a opinião de que a revolução de 1824 foi um ato impensado, e que aquele não era o momento político para instituir-se a Federação no Brasil. E, ao ser acusado, no início de 1833, por uma seção do *Diário de Pernambuco* assinada pelo pseudônimo *Carapuceiro do Carapuceiro*, de que seria hipócrita ao defender o sistema federativo e não fazer o mesmo na década que havia passado, Lopes Gama vai se defender prontamente. “Nunca aplaudi a revolução de 1824 [...] Eu não duvidei nunca da boa intenção dos Patriotas de 24; mas sempre chamei de desassissada aquela empresa, tanto assim que no *Conciliador* tive a franqueza de dizer, então, que não tinha por crime o que fizeram o Carvalhistas; mas sim por loucura”²⁸. Essa polêmica com o *Diário de Pernambuco* demonstra dois aspectos que devem ser sublinhados. Em primeiro lugar, que os ecos da década de 1820 ainda reverberavam nos debates políticos em 1832 e 1833, sendo que uma trajetória política legítima era defendida pelo Padre Carapuceiro, ou seja, estar defendendo a federação através da imprensa em 1832-1833 era legítimo, porém ter feito o mesmo na década anterior de maneira revolucionária, era loucura. Em segundo lugar, e objeto central da análise aqui proposta: a idéia de que *O Carapuceiro* não adentraria na “arena dos gladiadores periodioqueiros” tratava-se apenas de um aparato retórico de Lopes Gama.

Lopes Gama articula, nas páginas de seu jornal, uma crítica “moral” aos hábitos que taxa de maléficis à sociedade com árduas acusações a seus opositores políticos. Zomba dos gamenhos, que seriam aqueles homens “que não têm outro ofício, outro emprego, outro cuidado, senão embonecar-se para namorar”²⁹. Ridiculariza, também, os Padres e Frades gamenhos, dizendo que neles “é este vício muito mais escandaloso e censurável do que nos leigos e seculares”³⁰. Esbraveja contra o luxo nos enterros e exéquias, afirmando que “levar a vaidade além do túmulo, rodear de sedas, de galões, de ricos ornatos um corpo já inanimado, uma podridão, um seminário de bichos, é o que a razão não menos que a religião muito reprova e condena”³¹. E, ao rotular certos hábitos da vida privada de imorais, ridículos,

28 *O Carapuceiro*, n. 40 (23 fev. 1833).

29 *O Carapuceiro*, n. 11 (7 jul. 1832).

30 *O Carapuceiro*, n. 16 (11 ago. 1832).

31 *O Carapuceiro*, n. 23 (22 set. 1832).

escandalosos e censuráveis, associa certas condutas políticas aos mesmos adjetivos. O próprio Padre Carapuceiro relaciona esses três aspectos: “moral”, política e nação. “Eu escrevo no meu País, escrevo com o louvável fim de ver, se consigo corrigir as más ações, que podem prejudicar assim a Moral, como a Política do nosso Brazil”³².

Dessa maneira, Lopes Gama qualifica suas proposições como “moraís”. Já as proposições de seus opositores políticos, não. Seus opositores teriam posicionamentos oriundos de vícios e paixões prejudiciais à nação. A orientação que considera “moral” é politicamente muito semelhante à da *Patriótica Harmonizadora* – defender a constituição dentro dos meios legais. A diferença, no entanto, que há entre o discurso de Lopes Gama e o dos *Harmonizadores* é que o primeiro radicaliza sua oposição aos *columnas*, ao passo que a Sociedade Política moderada tentava conciliar o interesse daqueles que ocuparam um lugar de destaque no 1º Reinado com as novas vozes que surgiram após o sete de abril. O Padre Carapuceiro é taxativo: os inimigos da causa nacional são os restauradores, ou seja, os *columnas*.

“A sagrada causa da liberdade brasileira”

As palavras “absolutismo”, “*columnas*” e “despotismo” são os pólos negativos do discurso do *Carapuceiro*. Deveria ser rigorosa e inclemente a punição daqueles que compõem os quadros das *Columnas do Trono e do Altar*: “Nada de devassas tiradas por certos Desembargadores, tão *columnas*, tão *columnas* e lusitanos quanto os outros”³³. Diria ainda que “ser *columna* é ser um mau brasileiro, é ser um mau cidadão”³⁴. A radicalização do discurso anti colonista é um dos eixos centrais de *O Carapuceiro*. Fazendo clara alusão à Novembrada, Lopes gama escreveu o número 6 de *O Carapuceiro*. O título do mesmo era “Não me quero comprometer”. Ao não acatar de prontidão, durante a Novembrada, uma das exigências dos rebeldes sitiados no Forte das Cinco Pontas, que era a deposição imediata de

32 *O Carapuceiro*, n. 26 (13 out. 1832).

33 *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

34 *O Carapuceiro*, n. 19 (29 ago. 1832).

todos os portugueses de cargos governativos, o governo da Província, que era então presidida pelo irmão do líder da Confederação do Equador, Francisco Carvalho Paes de Andrade, tomou uma das atitudes mais reprováveis que se poderia ter tomado: não se comprometer. Lendo nas entrelinhas, captando o não-dito do discurso, percebe-se qual era o comprometimento a que *O Carapuceiro* estava se referindo: a erradicação dos *columnas*. Ironiza o Padre Carapuceiro que “há herói tão ladino que fazendo alguns serviços de vaza coberta em favor dos Liberais, não deixa de os prestar da mesma forma aos columnistas, como navio que procura segurar-se em duas amarras”. E continua:

Outro é funcionário público; aparece uma ocasião de perigo: pede-se-lhe que faça uma proclamação para animar os Povos, torce-se o sujeitinho, entra a mastigar, e engolir em seco, pretexta a sua falta de luzes (melhor fora dizer, de caráter), está com muitas dores de cabeça; e assim vai-se moscando, lá consigo, ou com alguma pessoa muito da sua confiança, descobre, descobre o verdadeiro motivo, que vem ser a fatal máxima “*Eu não quero me comprometer*”³⁵.

No calor dos acontecimentos, o teor de sua crítica aos *columnas* irá assumir um vocabulário agressivo e radical. No terceiro número de *O Carapuceiro*, uma semana depois da Abrilada – levante de discurso restaurador ocorrido em 14 de abril de 1832 na cidade do Recife –, o Padre Carapuceiro dotará suas palavras de um tom enérgico: “Apesar de ter dedicado este meu pequeno periódico tão-somente à Moral; todavia como disse, que per *accidens* trataria de Política, não devo passar por alto o horrível atentado da facção mais insolente que tem aparecido no Brasil, quero dizer, a rebelião dos ingratos *columnas*”³⁶. Neste número, escrito depois que o levante já havia sido debelado, irá chamar D. Pedro I de tirano repetidas vezes. Irá também criticar a fraqueza das medidas preventivas tomadas pelo governo provincial. Por fim, irá contar a história de um dos líderes da Abrilada, José Martins, que fugiu à Inglaterra “depois da tresloucada abdicação de D.

35 *O Carapuceiro*, n. 6 (2 jun. 1832).

36 *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832)

Pedro” e, voltando a Pernambuco, “meteu-se nos matos e começou a ganhar partido, dizendo com grande empavonamento a uns, a outros com lábia e mil embustes, que o ex-Imperador o encarregara de revoltar Pernambuco, e reintegrá-lo a ele D. Pedro, no Trono do Brasil”. Em seguida, faz uma narrativa cômica da Abrilada, comparando ironicamente seus líderes a grandes figuras militares da história. O “martinzinho”, que seria um estrategista melhor do que Napoleão, entraria pelo leste. Pinto Madeira, “que é um Gengiscão dos Cariris”, entraria pelo centro. E, por fim, D. Pedro, “pela barra dentro, como nós por nossas casas”³⁷.

Aliás, não será só nas páginas de *O Carapuceiro* que Lopes Gama vai ironizar os *columnas*. Fazer chacota de tal facção política vai ser atividade constante de sua vida em 1832, ano que irá publicar “*A Columneida* – poema herói-cômico em quatro cantos”. Trata-se de uma sátira, ridicularizando os absolutistas pernambucanos, que ficaram desamparados após a abdicação. Ao lado da ironia, um dos traços mais marcantes de *O Carapuceiro*, a agressividade muitas vezes vai estar presente nas críticas direcionadas aos *columnas*, o que comprova que a linguagem empregada por Lopes Gama, apesar de peculiar, não estava desvinculada do estilo hostil comumente empregado pelos jornalistas do período. Análises relacionam a violência verbal dos periódicos no início das regências com a violência das lutas políticas do tempo, e, como podemos perceber, o periódico aqui posto em análise não esteve alheio a esse contexto. Frases encontradas no *Carapuceiro* referindo-se aos *columnas* como “os malditos preparavam-se para o rompimentos” ou “os infames foram batidos e destroçados em menos de 24 horas” nos demonstram o uso dessa linguagem agressiva que caracterizou a imprensa de início da década de 1830³⁸. A frequência e a regularidade com que o Padre Carapuceiro utilizou ironias, bem como hostilidades, aos *columnas* é fato notório nos anos de 1832 e 1833. Ainda falando sobre a *Abrilada*, Lopes Gama esbravejou:

37 Joaquim Pinto Madeira liderou uma rebelião de discurso restaurador no sertão do Ceará durante os anos de 1831 e 1832, sendo que a mesma se alastrou por algumas regiões do interior de Pernambuco. Francisco José Martins foi um Coronel deposto de seu cargo logo após a abdicação e um dos líderes da Abrilada. *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

38 LOPES GAMA, Miguel do Sacramento. *A Columneida*. Poema herói-cômico em quatro cantos. Pernambuco, Typ. Fidedigna, 1832. Referência encontrada em COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Op. cit., p. 725; AZEVEDO, Moreira. apud, SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p. 143-144; *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

A generosidade mal assente do Governo, a desassisada tolerância dos liberais não foram capazes de desarmar o ódio desses perversos escravos à Sagrada Causa da Liberdade Brasileira. Inimigos desta no tempo do poderio do Déspota, que felizmente deixou-nos, conjurados para volver-nos ao jugo do absolutismo Português, a queda do Tirano, o desbarato de suas tentativas não foram bastantes a quebrantar-lhes os ânimos, e porfiosos continuarão em seus planos infernais, até que desmascaram-se de todo, e deram o grito da revolta na noite do dia 14 do corrente mês de Abril³⁹.

Outro aspecto deve ser ressaltado no discurso do Padre Carapuceiro: elementos antilusitanos. A historiografia recente tem-se debruçado muito pouco neste aspecto que teve enorme relevância na consolidação do Estado-nação no Brasil. Note-se que as manifestações “lusofóbicas” têm uma temporalidade precisa e sempre vieram articuladas a interesses políticos bem definidos. Mosher, ao analisar a lusofobia em Pernambuco no século XIX, periodiza sua pesquisa entre 1822-1850. No entanto, não há provas contundentes que demonstrem o aparecimento do fenômeno antilusitano de forma significativa na década de 1820⁴⁰. Já o período pós-abdicação em Pernambuco, no entanto, é fértil para o estudo de tal tema. E, da mesma maneira que o antilusitanismo presente na Revolução Praieira (1848) esteve diretamente associado a interesses políticos específicos, como bem demonstra Mosher, é impossível dissociar o antilusitanismo do início das regências com a oposição aos restauradores. Lopes Gama irá usar elementos lusofóbicos como subsídio para sua luta política contra os membros das *Colunas do Trono e do Altar*.

Esse Quixotes são férteis em recursos. Quem poderá pintar o entusiasmo, o ar autoritário que tomaram os nossos Luzitanos! De balde escritores liberais, e neste número estou eu, como é notório, há muito se esforçam por aplacar a rivalidade entre brasileiros natos e adotivos: de balde temos bradado a estes, que

39 *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

40 MOSHER, J. Political mobilization, party ideology and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. *Hispanic American Review*. Duke University Press, v. 80, n. 4, 2000.

se não metam com Brasileiros degenerados, ou columnas, que tratem de seus negócios, de ganhar a vida, e nada mais: de balde o Governo do Brasil, mais humano que acautelado, continuou dar soldo e ordenado a essa gente depois do que fizeram durante a tirania de D. Pedro: de balde em fim até lhes confiou armas para a defesa comum; os ingratos tem-nos um rancor implacável, nada os move, nada os convence, nada os irmana conosco. Se castigamos a sua ousadia, humildam-se exteriormente, escondem-se; mas não cessam de aborrecer-nos; se os abraçamos, julgam-nos fracos, atrevem-se nos e querem suplantar-nos. Não há força moral que tire do estúpido bestunto, que nós, filhos do Brasil, somos meros colonos do caduco Portugal, que isto por cá é muito seu e a eles cabe governar-nos *per omnia saecula saeculorum*⁴¹.

Em seguida faz uma ressalva: existem brasileiros adotivos extremamente honrados à causa da Pátria. Mas, logo após, sua fala novamente refluí: “porém o número destes é mui diminuto comparativamente ao grande todo”⁴². Percebe-se nessa fala a elaboração de categorias sociais: “brasileiros natos”, “brasileiros adotivos”, “brasileiros degenerados” ou simplesmente “lusos”. Essas diferenciações são deveras pertinentes para compreender de que maneira essas rivalidades influenciaram de fato as relações sociais e políticas. O que queremos chamar atenção, porém, é a utilização do discurso lusofóbico na luta política que tinha como objetivo central a desmoralização dos interesses restauradores, e a caracterização dos *columnas* como inimigos da Pátria. “Não posso ser indiferente ao espírito de concórdia”; – diz Lopes Gama – “que se difundiu por todos os brasileiros. Todos se abraçaram, esqueceram as rivalidades, não houve mais moderados, nem exaltados; tudo é um só sentimento, tudo é brasileiro, tudo quer salvar a Pátria, defender a Liberdade, acabar com os infames columnistas”⁴³. Uma “causa Nacional” estava sendo reivindicada e os inimigos dessa causa eram nitidamente identificados. A discussão política assumia contornos específicos e o uso de artifícios antilusitanos foi parte integrante desse debate.

41 *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

42 *Id.*

43 *O Carapuceiro*, n. 3 (20 abr. 1832).

O catolicismo ilustrado e as proposições políticas

A idéia veiculada em *O Carapuceiro* de que “as reformas devem começar pelas pessoas para poder passar as coisas”⁴⁴ é extremamente importante e ocupa papel central em tal periódico. Trata-se da reforma moral, veiculada através da imprensa periódica, direcionada a corrigir os vícios e os maus costumes, sendo que os valores que pautavam essa reforma oscilavam entre a moral católica e uma visão de mundo ilustrada. Lopes Gama foi um membro do clero ilustrado que vivenciou a implantação da monarquia constitucional e a consolidação de instituições liberais no Brasil, tendo utilizado uma concepção de mundo católico-ilustrada para defender certas idéias políticas no início do Período Regencial. Atentaremos, agora, para como esse frei beneditino convertido ao clero regular mesclou essa gama de valores e concepções acima citados com suas proposições políticas, sabendo de antemão que a idéia de que *O Carapuceiro* tratava sobre “moral” conferiu a ele um lugar de destaque dentro da imprensa periódica. Esta suposta diferenciação temática fez com que essa gazeta se destacasse dentro de um espaço de discussão política. Como vimos, além do *Diário de Pernambuco*, *O Carapuceiro* foi a única gazeta que atravessou toda a década de 1830. Enquanto os outros periódicos atacavam seus opositores políticos com uma linguagem violenta e agressiva, que foi marca registrada da imprensa do início das regências, Lopes Gama ridicularizava seus antagonistas através da sátira, camuflado sobre a égide de “periódico sempre moral”. A despedida que faz aos seus leitores, no ano de 1832, nos mostra essa capacidade que tinha o Padre Carapuceiro de escrever sobre o signo de crítica de costumes e, na verdade, estar fazendo chacota de certas atitudes políticas⁴⁵.

Adeus, meus ilustres senhores, até janeiro de 1833, se antes disso Pinto Madeira e o Benze-cacete⁴⁶, escapulindo da prisão

44 *O Carapuceiro*, n. 28 (27 out. 1832).

45 PALLARES-BURKE. Op. cit., p. 146-147.

46 Pinto Madeira, como já vimos, liderou uma rebelião de discurso restaurador no sertão do Ceará. Benze-cacete era o apelido do Padre Antonio Manuel de Souza, companheiro de Pinto Madeira que benzia os cacetes dos sertanejos.

em que se acham, não capitanearem alguma falange de cristão velhos, amigos do trono, do altar e das coisas alheias, e não vierem dar cabo de todos os liberais, que já estão vestidos e calçados no inferno por sentença de boas e piedosas cacholas; e de envolta com aqueles não tirarem o vulto ao pobre *Carapuceiro*, que aliás só lhes deseja menos ignorância e mais vergonha, porque para ser escravo voluntário são precisas muita estupidez e demasiada safadeza. Por este ano disse⁴⁷.

O catolicismo ilustrado do Padre Lopes Gama deu o tom de sua "Revolução Moral". "É a religião", diz o Padre Mestre, "o objeto mais sagrado, que tem o homem, é a religião o jugo mais suave, a prisão mais proveitosa, o mais sólido arrimo da sociedade"⁴⁸. Essas concepções católico-ilustradas, por sua vez, foram instrumentos usados no discurso político que tinha como alvo principal de crítica os *Columnas*, e como alvos secundários as facções mais exaltadas. A idéia de se exterminar com as credices e superstições presentes em várias paróquias era parte de uma crítica direcionada aos que insistiam em associar o Trono ao Altar. Articulando conceitos como "razão", "liberdade" e "Direito Natural" com passagens bíblicas, Lopes Gama tenta demonstrar que as escrituras não corroboram com o absolutismo. Noções ilustradas e concepções católicas se juntam no ataque à argumentação que os *columnas* tentavam difundir pelas paróquias de que a sagrada religião deveria estar representada politicamente por uma monarquia forte, e, se possível, absoluta.

Mas se leio as escrituras santas, quer em um, quer em outro Testamento eu não encontro em lugar algum, que a divindade tenha mostrado predileção pela Realeza, fazendo-a, como objeto de sua complacência: pelo contrário na Lei antiga vejo o mesmo Povo de Deus regido por um governo misto de Aristocracia, e de Democracia no tempo dos Juízes: e quando aquele quis ter Reis, que o governassem a imitação dos outros povos incircuncisos, o Senhor lhe entranhou a lembrança, e mostrou-se ressentido da ingratidão, ao mesmo passo que pelo seu Profeta

47 *O Carapuceiro*, n. 32 (24 nov. 1832).

48 *O Carapuceiro*, n. 4 (7 maio 1832).

Samuel lhe fez ver quais seriam as tiranias dos Reis, que eles tanto desejavam, tiranias que vários Teólogos, adutores dos Príncipes, não se envergonharam de chamar Direitos do Trono. Se Leio o Novo Testamento, não descobri um só texto, pelo qual o Divino Mestre se mostrasse mais inclinado à Monarquia do que a qualquer outra forma de Governo. [...] Jesus Cristo que veio abrir nos as portas do céu, o que quer são boas obras, deixando aos homens, que se rejam, como lhes convier, e melhor lhes parecer. Este é o espírito da Religião do Homem de Deus. [...] Ora, se Deus, ainda em objetos de salvação eterna não quer, que acreditemos cegamente; pois que fazendo-nos inteligentes, e livres, permite que examinemos os motivos da nossa crença sobre a sua mesma Lei: como é possível que nos mande obedecer de olhos fechados as vontades, os caprichos, as paixões de outro homem, chamado Rei, ordinariamente muito mal educado, e quase sempre os piores de todos os homens? Obediência cega só se pode dar nas bestas, e não no indivíduo racional e livre: obediência cega enfim é sinônimo de estupidez ou de alguma lesão orgânica no cérebro⁴⁹.

Herdeiro do catolicismo ilustrado português do século XVIII⁵⁰, no entanto com uma linguagem coloquial e jocosa, o Padre Carapuceiro associou a difusão dos levantes restauradores pelo interior da Província com a pregação que os paroquianos faziam nas pequenas vilas. Segundo ele, grande parte da população do interior acreditava que as instituições liberais vieram para dar fim à Religião Católica. Assim, conta um caso no qual um casal de velhos que morava em uma pequena vila foi abordado por forças legalistas que reprimiam os rebeldes de Panelas, em um levante restaurador que ocorreu na região de mesmo nome em meados de 1833. Os soldados queriam apenas um copo de água. O casal de velhos camponeses, no entanto, quando viu aquele bando de homens armados, “foram arrancando do pescoço os bentinhos e rosários, e com as mãos postas disseram mui sizudamente ao Oficial – Srs. Soldados, não nos matem; por que nós somos tão judeus, como V.ms., e não queremos saber de Deus, nem de Santa Maria”.

49 *O Carapuceiro*, n. 37 (30 jan. 1833).

50 Sobre a ilustração portuguesa no século XVIII ver BOSCHI, Caio Cezar. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. O paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Após contar esse pequeno caso, o Padre Carapuiceiro afirma que o medo “espalhado pelos matos de que os liberais querem destruir a religião” foi incutido na população pelos padres que defendem “As colunas do Trono e do Altar” em pleno sermão. A Guerra dos Cabanos, de discurso restaurador, irá se disseminar pelo sertão e só terá seu fim com a morte de Pedro I, em 1834. Lopes Gama sugere, em um número de *O Carapuiceiro* cujo título é “Necessidade de uma propaganda liberal”, algumas medidas para amenizar a repercussão dos discursos absolutistas proferidos pelos Padres de paróquias do interior: 1) criar escolas de primeiras letras em vilas do interior; 2) fundar tipografias por todos os cantos da província; 3) instituir que os párocos ensinem artigos da constituição e noções de soberania; 4) fazer com que os párocos demonstrem que as Escrituras não corroboram com o absolutismo nem tampouco com o despotismo; 5) estabelecer que os párocos ensinem noções de direito à propriedade e 6) designar que os párocos ensinem noções de liberdade civil, bem como a importância da obediência às leis e também os direitos e deveres do cidadão⁵¹.

A “moral” concebida por Lopes Gama está embasada na formação eclesiástica que ele teve e que o tornava, acima de tudo, um religioso. Antes de secularizar-se, Lopes Gama foi primeiramente frei beneditino. Professou-se monge em 1808, no Mosteiro de São Bento de Salvador. Retornando ao Recife, é nomeado lente de retórica do Seminário de Olinda em 1817, no contexto da devassa da Revolução Pernambucana que acabava de ser debelada⁵². O seu catolicismo é, no entanto, articulado com princípios ilustrados, tais como liberdade civil, opinião, imprensa livre, etc... Mas, deve-se compreender que essa “revolução moral” católica e ilustrada foi também utilizada como um instrumento retórico de luta política.

51 *O Carapuiceiro*, n. 40 (16 fev. 1833).

52 MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”... Op. cit., p. 27-28.

Apontamentos finais

As principais proposições políticas de *O Carapuceiro*, nos seus dois primeiros anos de publicação, foram, notadamente, defender a Monarquia Constitucional Federal e Representativa, opor-se às pretensões restauradoras encabeçadas pelos *Columnas* de maneira enfática e radical, ridicularizar qualquer tentativa revolucionária de se empreender mudanças, mesmo que fosse para a implantação de um Sistema Federativo. O caminho ideal para a nação era a manutenção da Monarquia Constitucional, e a implantação do Sistema Federativo dentro dos trâmites legais. A crítica de costumes empreendida por tal gazeta é uma dimensão que não pode ser deixada de lado nem tampouco esquecida, mas ela deve ser entendida como um aspecto que muitas vezes esteve subordinado aos interesses políticos defendidos pelo Padre Carapuceiro. A classificação proposta pelo autor de que seu periódico seria “sempre moral e só *per accidens* político” serviu, nitidamente, como instrumento para afirmação do mesmo dentro dos espaços de discussão política que se institucionalizavam em Pernambuco após a abdicação.

O Carapuceiro veiculava propostas “morais” para a nação. Propostas antagônicas às suas eram, assim, consideradas imorais, e deveriam ser motivo de piada. Criticando costumes, ridicularizando vícios e, acima de tudo, elaborando proposições políticas, o jornal de Lopes Gama atravessou toda a década de 1830, adentrando ainda com força na primeira metade da década de 1840. Era uma nova maneira de se abordar assuntos políticos. “Enquanto os outros periódicos de alto coturno” se diluíram no tempo, a burlesca fábrica de carapuças continuou funcionar. Na “arena dos gladiadores periodioqueiros” Lopes Gama pode ser considerado um vencedor.

E, além de sua comprovada importância no debate público durante o Período Regencial, cabe levantar o quanto *O Carapuceiro* foi decisivo para a afirmação de Lopes Gama no cenário político provincial. Lopes Gama se elegeu nas quatro primeiras legislaturas para deputado provincial a partir da instituição do Ato Adicional de 1834. Sabendo que duravam dois anos cada legislatura, observamos que ele ocupou esse cargo de 1835 a 1842. Sabe-se também que o Padre Carapuceiro ainda ocupou diversas funções

no aparato educativo de Pernambuco ao longo da década de 1830. Em 1832, o governo retira do Seminário de Olinda as cadeiras de humanidades, criando com elas o Colégio das Artes anexo ao Curso Jurídico. Lopes Gama, com sua cadeira de lente de retórica assumida em 1817, transfere-se para tal instituição, sendo que em 1839 seria jubilado dessa cátedra, recebendo a pensão anual de seiscentos mil reis. O ano de 1835, além conceder a Lopes Gama a função de deputado provincial, trouxe-lhe outros dois novos encargos: foi, ainda que por poucos meses, o primeiro diretor do Colégio dos Órfãos, fundado no mesmo ano, e assumiu a direção do Curso Jurídico de Olinda interinamente, desempenhando esse papel até 1839. Assim, percebemos que em 1835 Lopes Gama assume um cargo eletivo e é nomeado para outras duas funções públicas de bastante destaque. Há de se questionar o quanto influenciou o sucesso de *O Carapuzeiro* nesse nítido processo de ascensão. Há de se indagar de que maneira a vitória que obteve na “arena dos gladiadores periodioqueiros” garantiu a ele um espaço de evidência na política pernambucana⁵³.

53 DELGADO, Luís. Op. cit., p. 9-11. Sobre a atuação de Lopes Gama como diretor do Curso Jurídico de Olinda: VEIGA, Gláucio. Op. cit.